SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

PARA ALÉM DA PERSUASÃO: A ARGUMENTAÇÃO CONFORME A SEMÂNTICA ENUNCIATIVA

Eduardo Santos de Oliveira

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

Submetido em: 2025-09-30
Postado em: 2025-10-13 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

PARA ALÉM DA PERSUASÃO: A ARGUMENTAÇÃO CONFORME A SEMÂNTICA ENUNCIATIVA

BEYOND PERSUASION: ARGUMENTATION ACCORDING TO ENUNCIATIVE SEMANTICS

Ensaio teórico

Eduardo Santos de Oliveira
Universidade Estadual de Campinas
https://orcid.org/0000-0002-0145-7024

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir os fundamentos epistemológicos da concepção de argumentação na Semântica Enunciativa de Eduardo Guimarães (1987, 1995, 2002, 2018), que apresenta a argumentação como uma relação de significação, seguindo a virada fundamental estabelecida por Ducrot (2020), diferente dos campo da retórica e da persuasão para o campo da significação. Para tanto, reconstituímos o percurso epistemológico que fundamenta essa perspectiva, passando pela crítica de Michel Bréal ao naturalismo e sua ênfase no caráter relacional e histórico da linguagem; pela concepção de Saussure da língua como sistema de valores relacionais; e pelas contribuições de Benveniste e Ducrot sobre a subjetividade na língua e a polifonia. Demonstramos como Guimarães sintetiza essas influências ao definir a argumentação não como uma técnica, mas como uma relação de significação, constituída no agenciamento político do falante na cena enunciativa.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Enunciação. Epistemologia.

ABSTRACT: This article aims to present and discuss the epistemological foundations of the conception of argumentation in the Enunciative Semantics of Eduardo Guimarães (1987, 1995, 2002, 2018), which presents argumentation as a relationship of signification, following the fundamental turn established by Ducrot (2020), moving it away from the field of rhetoric and persuasion to the field of signification. To this end, we reconstruct the epistemological path that underpins this perspective, encompassing Michel Bréal's critique of naturalism and his emphasis on the relational and historical character of language; Saussure's conception of language as a system of relational values; and the contributions of Benveniste and Ducrot on subjectivity in language and polyphony. We demonstrate how Guimarães synthesizes these influences by defining argumentation not as a technique, but as a relationship of signification, constituted in the political agency of the speaker within the enunciative scene.

KEYWORDS: Argumentation. Enunciation. Epistemology.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS:Este artigo propõe uma nova maneira de entender a argumentação. Diferente da ideia comum de que argumentar é uma técnica para persuadir ou convencer alguém, este trabalho a entende como algo que faz parte do próprio

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

significado da linguagem. A pesquisa mostra que, quando falamos, não somos totalmente livres para dar qualquer significado às nossas palavras. Pelo contrário, a língua nos coloca em certos lugares sociais (como "professor", "jornalista" ou "cidadão") que influenciam profundamente o que dizemos e como isso é entendido. A força de um argumento, portanto, não está simplesmente em sua lógica ou em palavras bonitas, mas no lugar social de onde ele é enunciado e nas relações que a língua estabelece entre quem fala e quem ouve. Dessa forma, o estudo convida o leitor a olhar para a argumentação não como um debate entre indivíduos, mas como um jogo de significados que é, antes de tudo, social e histórico.

Introdução

O estudo da argumentação tem sido tradicionalmente dominado por duas grandes vertentes: a herança aristotélica, que a vincula à retórica e à arte da persuasão, e as abordagens pragmáticas e discursivas contemporâneas, que frequentemente a tratam como uma estratégia consciente ou um recurso linguístico. Este artigo – como parte dos resultados de minha tese de doutorado – propõe um deslocamento epistemológico desse objeto, apresentando a contribuição da Semântica Enunciativa desenvolvida por Eduardo Guimarães (1987, 1995, 2002, 2018).

Partimos do questionamento: o que é a argumentação quando a desvinculamos da problemática da persuasão e a reinscrevemos no domínio da significação? Nosso objetivo é traçar a genealogia e os pressupostos teóricos que levam Guimarães a definir argumentação como uma relação de significação e de enunciação (Guimarães, 2018). Para isso, percorreremos as contribuições fundadoras de Michel Bréal, Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste e Oswald Ducrot, mostrando como suas críticas e proposições – contra o naturalismo, pelo caráter relacional do valor linguístico, pela inscrição da subjetividade na língua e pela polifonia – convergem para a síntese elaborada por Guimarães. Este percurso nos permitirá evidenciar como a Semântica Enunciativa oferece uma base epistemológica distinta e importante para se pensar a argumentação enquanto fenômeno linguisticamente constituído e historicamente determinado.

2 Crítica às concepções instrumentais e retóricas da argumentação

De forma geral, as perspectivas pragmáticas consideram o esquema comunicacional a partir da intenção e ação do falante: este (empírico e consciente) toma a língua como instrumento de (e para) comunicação e estabelece com ela uma relação de interação, de acordo com a exigência de determinada situação. São posições que colocam a argumentação

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

como um modo de "ensinar a fazer", no qual o sujeito apresenta provas ou elementos que vão sustentar o seu dizer para convencer ou persuadir o outro. De forma geral, essas posições estão presentes e condicionam as discussões sobre argumentação, basta olhar alguns textos escolares ou acadêmicos. Numa rápida pesquisa na internet, encontramos alguns exemplos de como a argumentação é considerada, como o recorte a seguir:

Recorte 1: (A) A Argumentação é um recurso retórico da linguagem utilizado na produção de textos argumentativos, o qual apresenta um conjunto de proposições, promovendo assim o diálogo e reflexões críticas.
(B) Um bom texto argumentativo inclui a clareza de ideias e o uso correto das normas gramaticais, ou seja, a coerência e a coesão.

Aqui temos um recorte do texto A Argumentação[1], disponível no site Toda Matéria, especializado na produção e compartilhamento de textos voltados a estudantes da educação básica. Nessa enunciação, a argumentação é caracterizada como um "recurso retórico da linguagem", com um caráter utilitarista, isto é, como um mecanismo ou instrumento. Assim, a argumentação teria a ver com o exterior àquele que o utiliza – o que implica num efeito fetichista. O enunciado B aponta para a argumentação como o que possibilitaria a elaboração de um texto claro e "correto".

Veja que a qualificação "um bom texto argumentativo" está relacionada à "clareza de ideias e o uso correto das normas gramaticais" – reescrituradas por substituição como sinônimos de "coerência" e "coesão", respectivamente. Essa reescrituração aponta para o funcionamento político da língua: não há garantia de que haja sinonímia nesses casos, uma vez que "coerência" pode ser mais que "clareza de ideias" e "coesão" está para além do "uso correto das normas gramaticais". Assim, o que é colocado como igual, como sinônimo, pode significar como diferente quando observamos o acontecimento enunciativo.

Importante também ressaltar o acréscimo feito ao que se entende como argumentação: além do aspecto retórico (A), agora também aparece o aspecto linguístico (B). Este aspecto aparece em outras enunciações, vejamos:
Recorte 2: (A) A argumentação é um processo linguístico que envolve a defesa de uma ideia ou ponto de vista por parte de quem argumenta.

[1] Disponível em: https://www.todamateria.com.br/a-argumentacao/. Acesso em: 23 mar. 2021.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

(B) Apesar de muito usual nas relações humanas, uma boa argumentação pede melhor clareza na exposição do raciocínio que embasará uma tese (ponto de vista) a ser defendida, principalmente em sua composição escrita.

Esse recorte está no texto Argumentação[2], disponível no site Brasil Escola, também especializado na produção e compartilhamento de textos voltados a estudantes da educação básica. Se no recorte 1, a argumentação é colocada como uma questão retórica e por seu caráter instrumental, no recorte 2 ela é apresentada como relacionada à linguística e como um processo pelo qual alguém defende algo. Essa mudança é interessante, mas ainda deixa o sujeito, o falante, como consciente e determinante da argumentação – seja utilizando-a como recurso, seja sendo o responsável por possibilitar o processo argumentativo. As duas perspectivas estão relacionadas aos estudos retóricos, nos quais a argumentação aparece como uma relação de veracidade em que a referência é determinante para tal, ou como um mecanismo ou técnica de persuasão e/ou de convencimento.

No caso do primeiro recorte, isso tem estreita relação com as teorias funcionalistas, cuja uma das características é apresentar recursos, possibilidades para o desenvolvimento de "gramáticas funcionais de línguas particulares", ou seja, regras para o funcionamento próprio de uma determinada língua (Pezatti, 2005). Conforme essas teorias, a língua é um instrumento de comunicação – por isso, é preciso saber usar esse instrumento para que a comunicação ocorra da "melhor" e "mais agradável" maneira possível.

Um exemplo disso é o famoso esquema das "funções da linguagem" proposto por Roman Jakobson (2010) que se faz presente e predominante não apenas nas aulas de gramática na educação básica (mais precisamente no ensino médio), como também na educação acadêmica. Tal esquema se constitui da seguinte forma: um emissor (ou destinador) envia uma mensagem ao seu destinatário; para ser apreendida pelo destinatário, a mensagem precisa de um contexto (ou referente), de um código comum entre os dois participantes e de um canal para estabelecer o envio da mensagem.

O modelo jakobsoniano também está presente nos estudos e na prática do jornalismo: são livros e autores que apresentam técnicas de redação; são manuais de redação e de estilo das grandes empresas de jornalismo; tudo isso para evitar os "ruídos" na comunicação e para sustentar o padrão jornalístico.

[2] Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/redacao/a-argumentacao.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

Por outro lado, há também as perspectivas pragmáticas, que consideram o esquema comunicacional a partir da intenção e ação do falante: este (empírico e consciente) toma a língua como instrumento de (e para) comunicação e estabelece com ela uma relação de interação, de acordo com a exigência de determinada situação. Seja nos estudos linguísticos ou também nos estudos retóricos do Direito, quem muito influencia essa perspectiva é Paul Grice e seu princípio de cooperação e as máximas conversacionais.

Em Lógica e Conversação, Grice (1982) apresenta um dispositivo pelo qual o falante incitaria um outro falante a fazer inferências no processo de conversação: "Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado" (Grice, 1982, p. 86). Grice coloca o princípio da conversação como necessário e fundamental à interação comunicacional.

Dessa forma, o princípio de cooperação é pensado como um conjunto de regras a serem seguidas. E para execução desse princípio, Grice apresenta quatro máximas conversacionais: quantidade – informar o quanto for necessário, mas não informar o que não for requerido; qualidade – dizer somente aquilo que se acredita ser verdadeiro e que pode ser evidenciado; relação – ser relevante; modo – ser claro, evitar ambiguidades e prolixidade e ser breve e ordenado. Para Grice, o não cumprimento de alguma das máximas provoca mal-entendidos e problemas na interação, o que implica no não engajamento do interlocutor.

Ao propor o princípio de cooperação e as máximas conversacionais, Grice busca um modelo para tratar do sentido não encontrado na literalidade das frases, uma vez que esse autor considera que as palavras ou frases possuem sentidos literais, sentidos em si mesmas. Assim, o princípio de cooperação é colocado como um modo de o falante "fazer sua parte" na enunciação, observando regras e formas para isso.

Outra influência das perspectivas pragmáticas é o trabalho de John Austin (1990) em Quando dizer é fazer. Austin faz uma discussão na qual diferencia aquilo que é dito como constatação ou descrição de um fato ou de um estado de coisas (constativo) daquilo que realiza uma ação ao ser dito (performativo); opõe, assim, uma afirmação de uma ação. Austin sustenta que dizer (uma palavra, uma expressão, uma frase) é também fazer algo. Entretanto, não basta dizer algo, pois é preciso considerar algumas condições para que o performativo seja "feliz". Austin apresenta três possibilidades de "infelicidade" do performativo. A primeira diz respeito à "posição" daquele que profere um enunciado performativo: não basta dizer para que algo seja feito, pois é preciso considerar a "posição", o "lugar" de quem o faz e como isso significa. A segunda está relacionada ao caráter de "sinceridade": o performativo

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

dito sem sinceridade é "infeliz" e se caracteriza como uma "promessa vazia". A terceira é sobre a "quebra de compromisso": para ser realizado, o performativo depende da própria realização, pois se houver uma quebra na "promessa", tal performativo não acontece.

O que Austin coloca é uma relação de um locutor que realiza/faz algo ao dizer algo para um interlocutor. É uma relação entre usuários com um instrumento (a linguagem), considerando, sempre, as intenções e os resultados dessa relação. Diz-se algo para alguém, mas não se considera o acontecimento enunciativo e a historicidade dos enunciados.

Essas abordagens colocam a significação como uma relação da língua com o mundo e como relacionada à intenção do falante, sendo este o que faz algo significar, a partir da tomada da língua (confundida com a gramática) como instrumento. E isso leva a considerar a argumentação ora como prática, ora como técnica ou instrumento com o qual o falante faz algo significar.

3 As bases epistemológicas: o caráter relacional da língua

Neste trabalho, a argumentação é considerada para além do aspecto retórico, para além de um fato empírico: ela é relacional e tem um funcionamento político. Para sustentar essa questão do aspecto relacional como decisivo para perspectiva aqui assumida e para a análise dos enunciados, vou considerar aqui as contribuições de Bréal, Saussure, Benveniste, Ducrot e Guimarães.

A posição de Bréal é a de que os estudos linguísticos deveriam considerar a linguagem em sua relação com o homem: "A linguagem é um ato do homem: ela não tem realidade fora da atividade humana. […] Tudo, na linguagem, vem do homem e se endereça ao homem" (Bréal, 2008, p. 195). Bréal salienta o histórico, isto é, a relação do homem com essa natureza.

Com isso, Bréal sustenta que as mudanças na linguagem não ocorrem num processo contínuo, linear, natural, mas a partir da ação racional do homem – a linguagem tem história, a linguagem é humana, é resultado da intervenção da "vontade obscura" (Bréal, 2008, p. 19) do homem – e aqui, "vontade" não se confunde com "intenção", mas trata-se do "resultado de um confronto de desejos" (Guimarães, 2008, p. 10).

É a observação do aspecto relacional na língua que faz Bréal apontar para a polissemia das palavras: uma palavra pode apresentar mais de um sentido, e isso não é um problema, não é "pobreza", mas é "riqueza" de uma língua. Para Bréal, a polissemia diz respeito à multiplicidade de sentidos das palavras – mas isso não tem a ver com apenas algumas palavras, pois tal característica é inerente às palavras: as palavras têm história e produzem

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

sentidos a partir da relação com outras palavras em determinadas condições históricas e sociais.

Ao criticar o caráter natural e místico, Bréal sustenta que as mudanças na língua, tais como as mudanças fonéticas, se dão num processo de influência de um exterior à própria língua: ela não muda por si mesma e nem se dá por um momento natural e/ou espiritual, mas devido ao histórico, à intervenção do homem em suas relações; a mudança não está restrita à fonética e/ou morfologia, mas se dá também pela significação. Assim, quando se troca "s" por "c" – como em "sara" e "cara" ou "sala e "cala" –, a mudança de sentido não está nas letras, mas nos sentidos que são produzidos nessa mudança, no conhecimento que se tem sobre as letras e as palavras, sobre como cada uma significa:

Se nos reportarmos aos ensinamentos da fonética, apenas as palavras se transformariam uma a uma, cada uma por si, segundo o número de sílabas, segundo o lugar do acento, conforme regras invariáveis. […] A construção se modificaria de maneira uniforme em todas as frases compostas dos mesmos elementos lógicos. Mas não é assim. Essa regularidade não existe, porque uma língua não é um conjunto de palavras, mas ela compreende grupos já reunidos e, por assim dizer, articulados (Bréal, 2008, p. 189).

Ao levantar essas questões e críticas a uma língua tomada como organismo vivo, como "presente divino" e como um conjunto de palavras, Bréal traz considerações que serão decisivas tanto para o trabalho de Saussure, quanto para os estudos semânticos e enunciativos. No primeiro caso, contribui na definição do objeto da linguística, na dicotomia entre língua e fala, no caráter arbitrário das mudanças das palavras, o aspecto relacional das palavras, na abordagem sincrônica – que serão desenvolvidas no próximo tópico.

No segundo caso, apresenta apontamentos sobre a significação e sobre a subjetividade na língua. Em seus trabalhos, Bréal insiste na observação do aspecto relacional na língua (a articulação de grupos de palavras) e nas palavras, pensadas "enquanto parte integrante de um conjunto" (Bréal, 2008, p. 188) e não como uma palavra em "situação dicionária: isolada, estanque no poço dela mesma" (Melo Neto, 1999, p. 350). Dessa forma, fica observado que o significado de uma palavra não está nela mesma (como numa relação referencial na qual a palavra corresponde à coisa), pois a palavra não significa por si só, mas sempre precisa estabelecer relação com outras palavras, num processo que pode gerar ambiguidades e equívocos.

Por sua vez, Saussure, ao trazer o signo linguístico, faz a crítica à concepção da língua como nomenclatura. Para Saussure, não havia relação direta entre nome e coisa: "o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica"

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

(Saussure, 2012, p. 106). Ao destacar o caráter bifacial do signo linguístico, Saussure também ressalta a natureza arbitrária do signo linguístico.

O axioma da teoria de Saussure é: "a língua é um sistema de signos". Assim, o que importa, para Saussure, são as combinações entre os signos dentro desse sistema. Essas combinações se dão tanto por relações de identidade, quanto por de oposição, o que faz o signo linguístico apresentar um outro aspecto além do bifacial e do arbitrário, o negativo, pois a "característica mais exata (do signo) é ser o que os outros não são" (Saussure, 2012, p. 164). Saussure sustenta que os valores apresentam um princípio paradoxal: "Eles são sempre constituídos: 1º – por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar; 2º – por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa" (Saussure, 2012, p. 162).

Aqui, Saussure toca outro ponto fundamental para as discussões linguísticas e para o estruturalismo em geral: ora, ao dizer que o signo deva ser considerado a partir do que ele não é – da relação com outro signo, dentro do sistema –, Saussure ratifica que o signo não não é a simples união do som com o conceito, e que não deve ser tomado por um aspecto etimológico, mas pelas relações "solidárias" (e negativas) que estabelecem no sistema, de tal forma que "o valor de um resulta somente da presença simultânea de outros". Saussure traz a noção de valor linguístico da Economia Política, mas sem desenvolvê-la, apenas a apontando como "um sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes" (Saussure, 2012, p. 121), sendo que na Economia Política esse sistema será relacionado ao trabalho e salário, enquanto que na linguística saussuriana seria entre significado e significante.

Saussure sustenta que os valores apresentam um princípio paradoxal: "Eles são sempre constituídos: 1º – por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar; 2º – por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa" (Saussure, 2012, p. 162, itálicos do autor). Com isso, Saussure afirma que uma palavra pode ser trocada tanto por uma coisa de outra natureza (uma ideia), quanto por outra palavra. A "troca" é fator determinante para Saussure assegurar a língua como um sistema em que os signos se relacionam e se determinam: o conteúdo de uma palavra "só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela" (Saussure, 2012, p. 162); "o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia" (Saussure, 2012, p. 163).

Se "num estado de língua, tudo se baseia em relações", estas se desenvolvem em dois planos: o sintagmático, no qual os elementos linguísticos se relacionam por contiguidade, por articulação, em que, "colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos" (Saussure, 2012, p. 172); e o associativo (ou paradigmático), que diz respeito às relações (por associação mental) de aproximação entre as palavras, as substituições, de tal forma que "uma palavra qualquer pode sempre evocar tudo quanto seja suscetível de ser-lhe associado de uma maneira ou de outra" (Saussure, 2012, p. 175).

Nesta pequena discussão sobre as questões levantadas por Saussure, o que fica de central é a observação sobre o caráter relacional: o que importa são as trocas realizadas, as combinações, as oposições estabelecidas na língua; é esse caráter que determina o próprio objeto da linguística, uma vez que este não é dado de antemão e não se apresenta por si mesmo à observação, mas que se constitui a partir das relações de diferenciação que estabelece com a linguagem e com a fala e dentro de si (com os signos). O objeto integral e concreto da linguística não é um objeto, não é um conteúdo, não é uma substância, é uma forma, é um modo de disposição e apresentação.

A contribuição de Saussure é decisiva para consolidação da linguística como ciência, uma vez que ele estabelece princípios e um método que toma a língua como objeto de observação, considerada a partir dos próprios elementos que a constituem. Nesse processo, Saussure, a partir das distinções estabelecidas, delimita sua pesquisa e faz um recorte (a língua), o que implica em não tratar daquilo que é exterior à língua (a história, o sujeito, o mundo, o referente). A delimitação de Saussure dá à língua o primado nos estudos da linguagem, de tal forma que aquilo que não aparece nesse recorte se torna objeto de outras pesquisas, como é o caso deste trabalho.

Por sua vez, Benveniste traz a discussão quanto ao aspecto subjetivo, ao fazer uma crítica às perspectivas funcionalistas (que colocam a língua como um instrumento de comunicação): se o homem fabrica e usa um martelo, uma faca etc., ele não pode fazer o mesmo com a linguagem, pois esta não é fabricada pelo homem, mas é parte deste. Com isso, Benveniste aponta que o homem se constitui como sujeito na e pela linguagem – aí está o caráter da subjetividade. Benveniste ressalta a subjetividade não como a experiência do locutor, não como as experiências exclusivas do homem: a subjetividade é a "capacidade do locutor para se propor como 'sujeito'" (Benveniste, 2020, p. 283).

Benveniste ressalta a subjetividade não como a experiência do locutor – no caso, do homem no mundo, do ser empírico –, não como as experiências exclusivas do homem ao longo de sua vida, o "conjunto" de experiências nem mesmo o sentimento de ser alguém único ("eu sou"): a subjetividade é a "capacidade do locutor para se propor como 'sujeito'" (Benveniste, 2020, p. 283). Dessa forma, a subjetividade é considerada como "a unidade

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

psíquica que transcende a totalidade as experiências vividas que reúne e que assegura a permanência da consciência" (Benveniste, 2020, p. 283).

Essa subjetividade se dá na alocução, na relação de um "eu" com um "tu", uma vez que "a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste" (Benveniste, 2020, p. 283). Assim, é possível pensar que a relação é de intersubjetividade – "única que torna possível a comunicação linguística" (Benveniste, 2020, p. 289) –, uma vez que não há exclusividade na subjetividade, mas "reciprocidade", numa relação estabelecida entre o "eu" e "tu".

Com um outro modo de abordagem, Ducrot trata a subjetividade a partir da consideração do sujeito como uma figura linguística, e não como um ser empírico. Ducrot se posiciona contrário a um "pressuposto" que predominava nos estudos linguísticos: "Este pressuposto é o da unicidade do sujeito falante. Parece-me, com efeito, que as pesquisas sobre a linguagem, há pelo menos dois séculos, consideram como óbvio que cada enunciado possui um e somente um autor" (Ducrot, 2020, p. 181).

Ao se intrigar com essa questão da unicidade do autor, Ducrot busca mostrar como um mesmo enunciado pode apresentar diferentes "sujeitos" (e sentidos) e como isso está ligado à multiplicidade de figuras linguísticas da enunciação. Para isso, Ducrot desenvolve um estudo sobre a polifonia do enunciado – contrapondo a ideia de que um enunciado teria uma única "voz" – e sustenta a "pluralidade de responsáveis" de um enunciado. Desconsiderando o sujeito falante (no caso, o sujeito empírico), Ducrot sustenta que, num enunciado, haveria três sujeitos da enunciação – três figuras linguísticas: o locutor, responsável pela enunciação; o locutor enquanto ser do mundo, o sujeito ao qual as marcas linguísticas se referem; e o enunciador, o sujeito que apresenta um ponto de vista e, assim, sustenta a enunciação.

A figura do enunciador é interessante porque ela apresenta díspares sujeitos num mesmo enunciado – o objetivo da crítica de Ducrot ao caráter evidente da afirmação de que para cada enunciado haveria apenas um sujeito. Assim, ao mesmo tempo em que um locutor apresenta um enunciado, há atitudes e pontos de vista exteriores ao enunciado mas que aparecem como próprios dele, sempre marcados linguisticamente.

Frente a essas posições e atento às discussões da análise de discurso, Guimarães (1987, 1995, 2002, 2018) desenvolve uma perspectiva que também considera a subjetividade como própria da língua, mas que inclui a história nessa relação. A história não tem a ver com o aspecto temporal, diacrônico, mas com um processo de relações nas quais a prática humana se faz presente, bem como as condições que sustentam, afetam e transformam essas práticas.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

Ao considerar a significação como um processo relacionado à enunciação – e esta como própria da relação entre língua, sujeito e história –, Guimarães distancia-se das posições que consideram a língua ou como um organismo, ou como um instrumento ou como gramática. A língua significa, e o acontecimento enunciativo é a produção de significação pela língua em sua relação com o sujeito e a história (Guimarães, 2002, 2017, 2018).

Da perspectiva aqui assumida – a partir do trabalho de Guimarães –, a argumentação é um processo de significação relacionado ao acontecimento enunciativo. Isso nos faz desconsiderar a argumentação como o modo de produzir provas e de garantir uma conclusão a partir da disposição de elementos (argumentos) elaborados ou tomados como forma de conseguir adesão a uma conclusão.

Aqui, a argumentação "é a sustentação que um eu faz a um tu relativamente a algo sobre o que fala" (Guimarães, 2018, p, 97, grifos do autor). Ou seja, a argumentação diz respeito a uma questão enunciativa: uma relação de linguagem na qual o alocutor é agenciado pelo funcionamento político da língua, num acontecimento enunciativo, a sustentar uma posição sobre algo que diz a um alocutário. "Nesta medida, a argumentação se constitui por um agenciamento, produzido pelo agenciamento do falante na cena enunciativa, que estabelece uma relação eu-tu, em virtude de uma relação da enunciação com aquilo de que se fala" (Guimarães, 2018, p, 98).

Esse aspecto relacional se faz pelo modo como o eu apresenta e sustenta algo (aquilo que ele enuncia) a um tu:

> A argumentação não é a sustentação de uma conclusão por uma relação das palavras com as coisas, nem a relação de um falante (psico-fisologicamente) caracterizado com o que é dito. A argumentação é uma relação do lugar social de alocutor sobre o que se diz para um alocutário que se constitui na cena enunciativa (Guimarães, 2018, p. 106).

Essa perspectiva se afasta daquelas que consideram a argumentação como estratégia de um sujeito "mestre das palavras", um sujeito que define os atos do outro, que sabe o que faz e o que diz, que controla não apenas o dizer e o dito, como também os efeitos desses no outro. Aqui, o que importa é olhar não para o enunciado e suas relações de contiguidade, mas para a enunciação enquanto acontecimento que faz o presente significar um passado (mesmo que este não esteja explicitado) que sustenta o dizer, ao mesmo tempo em que projeta outros sentidos.

A grande questão é investigar o que está fora do enunciado, o caráter místico (mostrar-se como evidente). O trabalho aqui é fazer mostrar aquilo que insiste em não se mostrar, que insiste – por seu caráter de obviedade – em dizer algo sem que este apareça no enunciado; é

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

escutar o que ensurdece. Dessa forma, o equívoco e a ambiguidade não são um problema: são constitutivos do processo enunciativo e expõem a opacidade do dizer e dos modos pelos quais algo é dito – aí está o funcionamento político da língua.

Não há dito sem dizer, não há enunciado sem enunciação – e esta não é apenas efetivação de um enunciado por um falante, e sim o acontecimento pelo qual a língua agencia o falante a dizer, dentro de determinada posição. O que sustenta um dizer não é nem o próprio dizer nem o que é dito: o que sustenta são os modos como aparece e a sua relação com o lugar social historicamente consolidado e com outros dizeres (inclusive, como sem relação com esses).

O que trazemos aqui como "semântica da enunciação" está relacionado ao longo trabalho de Eduardo Guimarães nos estudos semânticos, que elabora conceitos e discussões decisivas para pensar a enunciação e a argumentação. Conforme aponta Guimarães (2018, p. 18-19), "a enunciação diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo. Trata-se, para nós, de um acontecimento, o acontecimento do dizer". Isso nos leva a considerar a enunciação como um acontecimento do funcionamento da língua que, ao agenciar o falante, produz sentidos, num dizer específico, dentro do espaço de enunciação.

Ao considerar a enunciação como acontecimento, apontamos para o fato de que não se trata da colocação da língua em funcionamento por um sujeito (que seria a origem do dizer), ou de uma situação comunicacional. Nesta perspectiva, o acontecimento também não é a ocorrência de algo num determinado momento e lugar, não tem um caráter empírico: é a instauração de uma relação de alocução – isto é, de uma relação na qual um eu diz algo a um tu – a partir do agenciamento político do falante pela língua, num determinado espaço de enunciação (Guimarães, 2017, 2018).

O espaço de enunciação tem a ver com as relações estabelecidas entre as línguas e os falantes; é um espaço de litígio (social e político) pelo dizer, um espaço de disparidades – "é o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com os falantes" (Guimarães, 2018, p. 23). É no espaço de enunciação que a língua agencia o falante e o constitui como figura enunciativa.

Para além de pensar na língua como um idioma – e se distanciando de uma perspectiva que tem a língua como sinônimo de gramática ou como um organismo vivo, com vida própria –, a posição aqui assumida considera a língua "como um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente" (Guimarães, 2018, p. 24), como um objeto histórico relacionado à prática das relações humanas e que se relaciona com outras línguas.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

Esse caráter do espaço de enunciação constitui a própria disparidade entre as línguas. Mas a relação (desigual) entre as línguas não se dá apenas com idiomas diferentes (português, espanhol, francês, inglês), uma vez que uma mesma língua se apresenta de diferentes formas para os falantes. Por exemplo, a Língua Portuguesa não é a mesma nem para os habitantes de diferentes países nos quais esse idioma é língua oficial, nem para os que habitam no Brasil: ela é dividida e se apresenta de modos diferentes; a língua do cotidiano é diferente da língua dos documentos; a língua de quem faz a imprensa é diferente da língua de quem lê a imprensa. Essa disparidade na distribuição da língua é própria do caráter político do espaço de enunciação, "exatamente porque seu funcionamento está necessariamente exposto a algo externo, pois os falantes são determinados pelas condições históricas de existência" (Guimarães, 2018, p. 34).

Isso nos leva a considerar que o acesso aos modos de dizer não é homogêneo, visto que estes são distribuídos (ou negados) de forma desigual, devido ao funcionamento político das línguas (Guimarães, 2018). Esse funcionamento político, ao mesmo tempo em que produz um imaginário de unidade e unicidade da língua, divide-a, colocando em constante "litígio enunciativo" os falantes, em determinado espaço de enunciação. Por sua vez, a língua é a "condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos" (Guimarães, 2017, p. 24).

Consideramos o político não nos sentidos mais usuais, como relacionados às questões participativas, partidárias ou de "busca à igualde", como espaço de democracia e de acesso igual. Aqui o político é caracterizado pelo conflito instalado pela contradição, pela "oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam" (Guimarães, 2018, p. 50). O caráter do político é estabelecer conflitos, é dividir línguas, língua e falantes.

Por sua vez, o falante é uma figura enunciativa, "um lugar de enunciação determinado pela relação com a língua, no espaço de enunciação" (Guimarães, 2018, p. 24). Ou seja, o falante não diz respeito a uma pessoa física, com características biológicas e psíquicas, mas sim a uma figura constituída pelo funcionamento político das línguas – que "tomam os falantes, os agenciam enquanto seus" (Guimarães, 2018, p. 24) de forma desigual –, constituída no espaço de enunciação.

Para observar a argumentação, na perspectiva da semântica enunciativa, é necessário considerar a cena enunciativa que a constitui. Isso significa que não se pode analisar o processo argumentativo isolando enunciados ou estruturas linguísticas, como se carregassem em si mesmos uma força persuasiva. A cena enunciativa é a configuração na qual o

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

acontecimento enunciativo distribui os lugares de enunciação. Isso pode ser observado na relação de agenciamento dos falantes, a alocução: o falante é agenciado (pelo funcionamento da enunciação) em "aquele que fala (ou diz)" e em "aquele para quem se fala". A cena enunciativa deve ser observada por seu aspecto representativo: os modos pelos quais os lugares enunciativos se apresentam; lugares estes "constituídos pelos dizeres e não por pessoas donas de seu dizer" (Guimarães, 2017, p. 31). Assim, não importa, em nossa posição, o caráter empírico, não importa observar a "pessoa" que fala, mas sim como essa "pessoa" é apresentada nessa configuração de agenciamento.

Conforme Guimarães (2018), na cena enunciativa, os falantes são agenciados como lugares de enunciação: o Locutor – o lugar que se apresenta como o que diz algo, como responsável pelo dizer (o eu) – e o Locutário, o correlato daquele, o tu para o qual o Locutor direciona seu dizer. Ora, por seu funcionamento político, ao agenciar o falante a "tomar a palavra", a cena enunciativa o divide: há o Locutor, que se apresenta como o lugar que enuncia – de tal forma que esse dizer se apresenta como próprio, como contemporâneo ao Locutor –, e há o lugar social e histórico (alocutor-x) que possibilita e autoriza o dizer do Locutor, e que tem como correlato um alocutário-x para o qual o alocutor-x diz algo. "Ou seja, para o Locutor se representar como origem do que se enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor" (Guimarães, 2017, p. 32). Assim, entendemos que não se enuncia enquanto ser físico no mundo, mas enquanto representado: não dá para enunciar fora de um lugar social que autorize isso, um lugar constituído e legitimado historicamente, a partir de práticas sociais. Esse lugar social apresenta variáveis (daí o "x" em "alocutor-x"): professor, jornalista, mãe, pai, filho, estudante, mulher, homem, apaixonado, desiludido, amante, negacionista etc.

A divisão do falante em Locutor e alocutor nos mostra o caráter litigioso da enunciação: o Locutor se mostra como o que diz e que tem o controle sobre isso; o alocutor surge como disrupção da ilusão da unidade e do controle do Locutor, e mostra que não importa a intenção daquele que diz – o dizer significa por sua historicidade e por sua relação com o lugar social que autoriza o dizer e que produz efeitos de sentidos sobre o que se diz.

Há também um outro lugar constituído pela cena enunciativa e que ratifica o caráter político do acontecimento enunciativo: o lugar de dizer, o enunciador (Guimarães, 2018). Tal como o Locutor, o enunciador é um modo de desconhecimento da divisão política do acontecimento enunciativo e do fato que só se fala a partir de um lugar social. Todavia, no caso do enunciador, não se trata de uma relação entre aquele que diz para um outro a quem se diz: o enunciador tem a ver com o que é dito no acontecimento enunciativo, ou seja, implica

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

no modo como se diz algo e como isso significa; significa porque produz sentidos, produz direcionamentos; significa porque produz sentidos a partir de um acontecimento enunciativo, relaciona o próprio dizer com outros anteriores e projeta outros dizeres, outras possibilidades.

Guimarães (2018) observa que há quatro modos nos quais o que é dito aparece como se não estivesse relacionado a um lugar social: o enunciador individual, no qual a enunciação aparece como independente de um processo histórico, como própria da circunstância em que ela aparece; o enunciador universal, um modo que apresenta algo como um fato inquestionável e verdadeiro (ao mesmo tempo em que questiona o que está fora disso); o enunciador genérico, no qual o dizer se apresenta como conhecido e reconhecido por todos; e o coletivo, em que o dizer se coloca como a voz de uma coletividade, de um grupo, de uma perspectiva.

Desse modo, a argumentação se dá no interior de uma configuração específica de enunciação – a cena enunciativa –, na qual se articulam historicamente lugares sociais, vozes e um memorável que confere autoridade ao dizer. É nesse espaço de litígio político que um eu, agenciado como locutor a partir de um lugar social (o alocutor), sustenta uma posição para um tu. Portanto, a análise deve se voltar não para o que as palavras são, mas para o que elas fazem e como significam nesse caráter político.

A cena enunciativa é, assim, o espaço onde se travam as disputas pela significação. Ela é marcada por figuras enunciativas – locutor, alocutor, alocutário e enunciadores – cuja distribuição não é neutra, mas se dá por um agenciamento político. É esse agenciamento que define quem pode falar, de que lugar e com que autoridade. A força de um argumento não reside, portanto, em sua lógica interna ou em sua forma retórica, mas nos efeitos que o lugar social de enunciação confere ao locutor que o enuncia e os modos como é dito.

4 Considerações finais

A reconstituição do percurso epistemológico que fundamenta a Semântica Enunciativa de Eduardo Guimarães permitiu elucidar a profundidade e a originalidade de sua concepção de argumentação. Como demonstrado, esta não é uma teoria construída ex nihilo, mas uma síntese crítica que se nutre contribuições de Bréal, de Saussure e dos estudos da subjetividade de Benveniste e da polifonia, de Ducrot.

A grande contribuição de Guimarães foi integrar esses elementos em um quadro coerente que desloca radicalmente o eixo da argumentação. Ela deixa de ser um instrumento à disposição de um sujeito soberano para a persuasão ou um recurso textual para se tornar uma

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

relação constitutiva do próprio processo de significação na enunciação. Ao defini-la como a "sustentação de uma posição sobre algo dito por um eu a um tu", o foco recai sobre o agenciamento político do falante na cena enunciativa, onde locutor, alocutor e enunciadores se distribuem.

Esta perspectiva supera as limitações das visões instrumentais ao considerar que o sentido não está nas palavras ou na intenção, mas na relação integrativa dos enunciados no acontecimento, marcado pela historicidade e pelo memorável. Por fim, esta abordagem abre um campo vasto para a análise concreta de práticas argumentativas, permitindo descrever como os sentidos se constroem e como as posições se sustentam para além das aparências da persuasão e da retórica.

Conflito de interesse (obrigatório)

O autor não tem conflitos de interesse a declarar.

Declaração de Disponibilidade de Dados (obrigatório)

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

Referências

ARISTÓTELES. Metafísica: Livros IV e IV. **Cadernos da Filosofia: Cadernos de Tradução**, Campinas, n. 14, 2007.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer e fazer**: palavras e ação. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1990.

BENVENISTE, Émille. **Problemas de linguística geral I**. 6. ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2020.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica**: ciência das significações. Tradução de Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas: RG Editora, 2008.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

GRICE, Paul. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo (org.). **Fundamentos Metodológicos da Linguística**. Campinas, s.n., 1982.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13609

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do portugues. Campinas, SP: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas: Pontes, 2018.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 22. ed. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Organização de Charles Bally. Coorganização de Albert Riedlinger. Prefácio de Isaac Nicolau Salum. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.